



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL  
EXERCÍCIO 2022  
PERÍODO Anual  
EMISSÃO 23/01/2023  
VALORES EM MILHARES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.773,68</b>	<b>4.275,77</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.024,25</b>	<b>3.318,91</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1	550,11	474,45	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.7	723,41	2.790,44
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	1.2	<b>1.190,66</b>	<b>1.149,58</b>	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		1.190,66	1.149,58	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.8	63,97	87,91
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques	1.3	852,67	1.177,27	Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	1.4	1.180,24	1.474,47	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.9	236,88	440,56
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>69.414,64</b>	<b>34.962,27</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
<b>Investimentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>1.024,25</b>	<b>3.318,91</b>
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Demais Investimentos Permanentes		-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>			
Demais Investimentos Permanentes		-	-			<b>2022</b>	<b>2021</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>		-	-
<b>Imobilizado</b>	1.5	<b>65.439,97</b>	<b>32.907,43</b>	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Bens Móveis	1.5.1	26.897,54	11.582,33	Reservas de Capital		-	-
Bens Móveis		43.904,80	26.309,38	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-	-	Reservas de Lucros		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	1.5.2	-17.007,27	-14.727,09	Demais Reservas		-	-
Bens Imóveis	1.5.3	38.542,43	21.325,10	Resultados Acumulados		72.164,06	35.919,13
Bens Imóveis		38.729,05	22.189,78	Resultado do Exercício	1.10	33.410,52	-1.394,64
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-186,62	-864,69	Resultados de Exercícios Anteriores		35.919,13	34.863,87
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	1.5.4	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores		2.834,41	2.449,90
<b>Intangível</b>		<b>3.974,67</b>	<b>2.054,84</b>	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Softwares	1.6	3.974,67	2.054,84	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>72.164,06</b>	<b>35.919,13</b>
Softwares		4.034,31	2.090,23				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-59,64	-35,39				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
<b>Diferido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>73.188,32</b>	<b>39.238,04</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>73.188,32</b>	<b>39.238,04</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	550,11	474,45	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	6.752,69	5.417,10
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	72.638,21	38.763,59	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	677,54	2.790,44
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	65.758,09	31.030,51

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	236,47	642,52	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	11.538,01	10.000,11
Atos Potenciais Ativos	236,47	642,52	Atos Potenciais Passivos	11.538,01	10.000,11
Garantias e Contragarantias Recebidas	236,47	642,52	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	11.538,01	10.000,11
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	236,47	642,52	<b>TOTAL</b>	11.538,01	10.000,11

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	-6.202,58
<b>Recursos Vinculados</b>	-
Previdência Social (RPPS)	-
<b>TOTAL</b>	-6.202,58



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL  
EXERCÍCIO 2022  
PERÍODO Anual  
EMISSÃO 23/01/2023  
VALORES EM MILHARES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2022	2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>183.675,51</b>	<b>124.902,52</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>			
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
<b>Contribuições</b>			
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>7,14</b>	<b>20,44</b>
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		7,14	20,44
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>1,74</b>	<b>2,86</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		1,74	2,86
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>152.486,53</b>	<b>123.338,49</b>
Transferências Intragovernamentais	2.1	149.238,84	123.018,33
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.2	3.247,69	320,15
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	2.3	<b>29.884,88</b>	<b>84,14</b>
Reavaliação de Ativos		17.171,36	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		12.656,70	84,12
Ganhos com Desincorporação de Passivos		56,81	0,02
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>1.295,23</b>	<b>1.456,60</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.4	1.295,23	1.456,60
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>150.264,99</b>	<b>126.297,16</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	2.5	<b>101.464,21</b>	<b>94.464,16</b>
Remuneração a Pessoal		83.126,34	75.775,78
Encargos Patronais		14.540,45	14.895,91
Benefícios a Pessoal		3.711,55	3.792,47
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		85,88	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	2.6	<b>16.899,29</b>	<b>14.335,04</b>
Aposentadorias e Reformas		10.369,80	9.754,56
Pensões		2.218,16	2.122,82
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.311,33	2.457,65
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	2.7	<b>27.767,01</b>	<b>13.866,72</b>
Uso de Material de Consumo		2.824,85	759,25
Serviços		21.941,04	10.872,18
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.001,11	2.235,29
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	4.22	<b>4,22</b>	<b>0,47</b>

Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		4,22	0,47
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>2.973,04</b>	<b>2.462,93</b>
Transferências Intragovernamentais	2,8	1.261,24	1.458,90
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2,9	1.711,80	1.004,03
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>879,76</b>	<b>958,12</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		466,59	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		42,28	2,22
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		370,88	955,90
<b>Tributárias</b>		<b>57,80</b>	<b>36,16</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6,54	5,26
Contribuições		51,27	30,90
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>219,66</b>	<b>173,57</b>
Premiações		4,80	10,24
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		13,68	5,45
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		201,18	157,87
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>33.410,52</b>	<b>-1.394,64</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
		2022	2021



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL  
EXERCÍCIO 2022  
PERÍODO Anual  
EMISSÃO 23/01/2023  
VALORES EM MILHARES DE REAL

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
<b>Receitas Orçamentárias</b>		-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>150.906,60</b>	<b>124.129,78</b>
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>	3.6	<b>136.830,47</b>	<b>108.738,35</b>
<b>Vinculadas</b>		-	-	<b>Vinculadas</b>		<b>14.076,13</b>	<b>15.391,42</b>
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	2.441,68
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		-	-	Previdência Social (RPPS)		11.842,37	11.450,32
		-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.233,76	1.499,42
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	3.1	<b>149.238,84</b>	<b>123.018,33</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	3.7	<b>1.261,24</b>	<b>1.458,90</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		145.973,94	121.440,51	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasso Recebido		145.973,94	121.440,51	Independentes da Execução Orçamentária		1.261,24	1.458,90
Independentes da Execução Orçamentária		3.264,89	1.577,83	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2,91	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.236,49	1.577,69	Movimento de Saldos Patrimoniais		1.258,33	1.458,90
Demais Transferências Recebidas		9,54	0,05	Aporte ao RPPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		18,86	0,09	Aporte ao RGPS		-	-
Aporte ao RPPS		-	-			-	-
Aporte ao RGPS		-	-			-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>6.981,28</b>	<b>5.107,08</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>3.976,62</b>	<b>3.211,59</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.2	192,22	94,72	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.8	262,20	994,28
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.3	5.468,00	3.450,58	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.9	3.524,34	2.158,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		42,98	103,02	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		147,25	44,69
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.278,08	1.458,76	Outros Pagamentos Extraorçamentários		42,82	13,91
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	3.4	48,15	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		42,82	13,91
Arrecadação de Outra Unidade	3.5	1.229,93	1.458,76			-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>474,45</b>	<b>1.149,30</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>550,11</b>	<b>474,45</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1	474,45	1.149,30	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1	550,11	474,45
<b>TOTAL</b>		<b>156.694,57</b>	<b>129.274,71</b>	<b>TOTAL</b>		<b>156.694,57</b>	<b>129.274,71</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL  
EXERCÍCIO 2022  
PERÍODO Anual  
EMISSÃO 23/01/2023  
VALORES EM MILHARES DE REAL

	NE	2022	2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>6.554,02</b>	<b>455,41</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>150.559,90</b>	<b>124.580,12</b>
<b>Receita Tributária</b>		-	-
<b>Receita de Contribuições</b>		-	-
<b>Receita Agropecuária</b>		-	-
<b>Receita Industrial</b>		-	-
<b>Receita de Serviços</b>		-	-
<b>Remuneração das Disponibilidades</b>		-	-
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>		-	-
<b>Transferências Recebidas</b>		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		-	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>150.559,90</b>	<b>124.580,12</b>
Ingressos Extraorçamentários		42,98	103,02
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	3.4	48,15	-
Transferências Financeiras Recebidas	3.1	149.238,84	123.018,33
Arrecadação de Outra Unidade	3.5	1.229,93	1.458,76
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-144.005,88</b>	<b>-124.124,71</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>4.1</b>	<b>-128.255,03</b>	<b>-107.851,43</b>
Legislativo		-	-
Judiciário		-115.544,01	-95.888,36
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-12.668,20	-11.949,16
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-	-
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-42,82	-13,91
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-14.342,35</b>	<b>-14.769,69</b>
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais	4.2	-14.342,35	-14.769,69
Outras Transferências Concedidas		-	-
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>-1.408,49</b>	<b>-1.503,59</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-147,25	-44,69
Transferências Financeiras Concedidas	3.7	-1.261,24	-1.458,90
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-6.478,36</b>	<b>-1.130,27</b>
<b>INGRESSOS</b>		-	-
<b>Alienação de Bens</b>		-	-
<b>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>		-	-
<b>Outros Ingressos de Investimentos</b>		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-6.478,36</b>	<b>-1.130,27</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	4.3	<b>-6.632,28</b>	<b>-1.130,27</b>
<b>Concessão de Empréstimos e Financiamentos</b>		-	-
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>	4.4	<b>-1.846,08</b>	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		-	-
<b>INGRESSOS</b>		-	-
<b>Operações de Crédito</b>		-	-
<b>Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes</b>		-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>		-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		-	-
<b>Amortização / Refinanciamento da Dívida</b>		-	-
<b>Outros Desembolsos de Financiamento</b>		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>75,67</b>	<b>-674,85</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.1</b>	<b>474,45</b>	<b>1.149,30</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>1.1</b>	<b>550,11</b>	<b>474,45</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
 ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL  
 EXERCÍCIO 2022  
 PERÍODO Anual  
 EMISSÃO 23/01/2023  
 VALORES EM MILHARES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>5.1</b>				
<b>Receitas Tributárias</b>					
Impostos					
Taxas					
Contribuições de Melhoria					
<b>Receitas de Contribuições</b>					
Contribuições Sociais					
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico					
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.					
<b>Receita Patrimonial</b>					
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado					
Valores Mobiliários					
Delegação de Serviços Públicos					
Exploração de Recursos Naturais					
Exploração do Patrimônio Intangível					
Cessão de Direitos					
Demais Receitas Patrimoniais					
<b>Receita Agropecuária</b>					
<b>Receita Industrial</b>					
<b>Receitas de Serviços</b>					
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais					
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte					
Serviços e Atividades Referentes à Saúde					
Serviços e Atividades Financeiras					
Outros Serviços					
<b>Transferências Correntes</b>					
<b>Outras Receitas Correntes</b>					
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais					
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos					
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público					
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital					
Demais Receitas Correntes					
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.1</b>				
<b>Operações de Crédito</b>					
Operações de Crédito Internas					
Operações de Crédito Externas					
<b>Alienação de Bens</b>					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
Alienação de Bens Intangíveis					
<b>Amortização de Empréstimos</b>					
<b>Transferências de Capital</b>					
<b>Outras Receitas de Capital</b>					
Integralização do Capital Social					
Resultado do Banco Central do Brasil					

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional			-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional			-	-	-	-
Demais Receitas de Capital			-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>			-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>			-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>			-	-	-	-
Mobiliária			-	-	-	-
Contratual			-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>			-	-	-	-
Mobiliária			-	-	-	-
Contratual			-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>			-	-	-	-
<b>DEFICIT</b>	5.2				150.906,60	150.906,60
<b>TOTAL</b>			-	-	150.906,60	150.906,60
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>			-	6.798,39	-	-6.798,39
Superavit Financeiro			-	-	-	-
Excesso de Arrecadação			-	-	-	-
Créditos Cancelados			-	6.798,39	-	-



DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	5.3	128.642,05	130.289,66	143.907,44	139.827,92	139.637,49	-13.617,78
Pessoal e Encargos Sociais		102.529,71	106.132,78	112.083,93	109.548,62	109.491,37	-5.951,15
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.4	26.112,34	24.156,89	31.823,51	30.279,30	30.146,12	-7.666,62
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	5.3	1.798,82	6.949,60	6.999,16	5.610,67	5.608,89	-49,56
Investimentos	5.5	1.798,82	6.949,60	6.999,16	5.610,67	5.608,89	-49,56
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		130.440,88	137.239,27	150.906,60	145.438,60	145.246,38	-13.667,33
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		130.440,88	137.239,27	150.906,60	145.438,60	145.246,38	-13.667,33
<b>TOTAL</b>		130.440,88	137.239,27	150.906,60	145.438,60	145.246,38	-13.667,33

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.233,95</b>	<b>2.404,25</b>	<b>2.663,68</b>	<b>2.663,68</b>	<b>342,80</b>	<b>631,71</b>
Pessoal e Encargos Sociais	162,95	783,10	602,19	602,19	232,16	111,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.071,00	1.621,15	2.061,49	2.061,49	110,65	520,01
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>204,10</b>	<b>1.046,33</b>	<b>860,66</b>	<b>860,66</b>	<b>39,53</b>	<b>350,24</b>
Investimentos	204,10	1.046,33	860,66	860,66	39,53	350,24
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.438,05</b>	<b>3.450,58</b>	<b>3.524,34</b>	<b>3.524,34</b>	<b>382,33</b>	<b>981,95</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>161,88</b>	<b>91,71</b>	<b>253,40</b>	<b>0,20</b>	<b>-</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	161,88	91,71	253,40	0,20	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8,55</b>	<b>8,72</b>	<b>8,80</b>	<b>8,47</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	8,55	8,72	8,80	8,47	0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>170,43</b>	<b>100,43</b>	<b>262,20</b>	<b>8,67</b>	<b>0,00</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

### **1. Informações gerais:**

#### **1.1. Natureza jurídica da entidade**

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é órgão da justiça especializada do Poder Judiciário Federal.

#### **1.2. Domicílio da entidade**

Avenida Aristeu de Andrade nº 377, Farol. Maceió-AL. CEP 57.051-090.

#### **1.3. Natureza das operações e principais atividades da entidade**

O TRE/AL é órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário da União e cuida da organização do processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, diplomação dos eleitos, etc.).

Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual; (ii) julgar recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais; (iii) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição; e (iv) requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior a requisição de força federal.

Aos Cartórios Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador; (ii) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns de sua competência; (iii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; (iv) organizar e promover atos para realização das eleições dentro de sua circunscrição; e (v) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições.

#### **1.4. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis**

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela SCON/COFIN, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde é registrada a execução dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Nesse mesmo sentido, atua a unidade de Controle Interno através de suas auditorias.

#### **1.5. Fonte das informações**

A fonte das informações é o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal e o dados extraídos dele através do Sistema Tesouro Gerencial.

## **2. Resumo das políticas contábeis significativas:**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste TRE-AL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

### **Moeda funcional**

A moeda funcional é o Real. Não há operações em moeda estrangeira.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### **Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos a pessoal; (ii) a título de suprimento de fundos; (iii) depósitos restituíveis; (iv) tributos a compensar; (v) dano ao patrimônio e (v) outros créditos a receber. Os itens são mensurados e avaliados pelo critério do “valor original”, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando pertinente.

### **Estoques**

Abrange os materiais em almoxarifado e são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado, nos termos previstos pelo art.106 da Lei 4.320/64.

### **VPD's pagas antecipadamente**

Trata-se de valores pagos com antecedência, como prêmios de seguros e assinaturas ou anuidades de revistas, periódicos e similares, e que se referem a períodos subsequentes de competência, constituindo-se, assim, como direito e sendo baixado à medida que se avança no prazo da contratação.

### **Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, sendo estes os que superam o exercício subsequente. Os itens são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias.

### **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### **Intangível**

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida), esta calculada através do método das cotas constantes.

### **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

Tem como característica fundamental a redução do valor dos bens com vida útil econômica limitada, considerando sua deterioração física, o desgaste com o uso e sua obsolescência, e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para sua utilização e cessa quando do término da referida vida útil ou quando baixados.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os gastos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das cotas constantes e a vida útil e o valor residual são os definidos na macrofunção 020330 do Manual Siafi.

Ao final da vida útil do bem, o valor contábil do mesmo será igual ao seu valor residual ou, no caso de não existir valor residual, a zero.

### **Depreciação de bens imóveis**

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUNet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, e é realizada através do método da Parábola de Kuentzle.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- haja alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, sendo a vida útil definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do valor da reavaliação e de sua nova vida útil. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada na Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional do Manual SIAFI.

### **Passivo**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

### **Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

- **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas de modo confiável, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o Tribunal, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA's e VPD's, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA's e VPD's é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **Restos a Pagar**

Trata-se das despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, nos termos do art. 36 da Lei nº 4.320/64, sendo não processado os que não passaram pela fase de liquidação a que se refere o art. 63 da mesma norma.

### 3. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP vigente para o referido exercício e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis do TRE-AL são as seguintes:

1. Balanço Patrimonial – evidencia os ativos, passivos e o patrimônio líquido do Tribunal.
2. Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
3. Balanço Financeiro – demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de caixa proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa – apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.
5. Balanço Orçamentário – espelha a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista *versus* a arrecadada e a despesa autorizada *versus* a executada.

Destacam-se as seguintes variações apresentadas entre as demonstrações contábeis do presente exercício e do anterior, **em milhares de reais**:

## **1. BALANÇO PATRIMONIAL**

### **1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Constitui-se, basicamente, do limite de saque com vinculação de pagamento, que representa a disponibilidade de recursos financeiros recebidos do TSE e equivale a 81,59% do total, e da conta bancos conta movimento, onde estão registradas as garantias na modalidade caução em espécie apresentadas pelas empresas contratadas pelo Órgão e que representa 18,41% do total.

Neste exercício, encerrou com o saldo de R\$ 550,11, com um pequeno acréscimo de 15,95% comparado com o exercício anterior.

### **1.2 Créditos a Curto Prazo**

Nesta rubrica, é importante realçar a predominância da subconta Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado, que representa 68,58% do total da conta sintética, onde temos a preponderância dos registros da antecipação de férias dos servidores. Importante, também, frisar os registros dos adiantamentos dos auxílios alimentação e transporte que não eram registrados em anos anteriores. Neste caso, eram registradas apenas as despesas sem que houvesse a contabilização do adiantamento. Após orientação da COFIC/TSE, esses registros passaram a serem promovidos da forma adequada. Tais rubricas (adiantamentos de auxílio-alimentação e auxílio-transporte), representam 24,07% do total dos Créditos a Curto Prazo.

### **1.3 Estoques**

Compreende o valor dos produtos adquiridos com a finalidade de consumo próprio do Órgão para bem desempenhar suas atividades normais. No exercício de 2022, houve uma redução no saldo final do estoque em comparação com 2021. Atribui-se esta redução de 27,57% a menor demanda de itens afetos à Pandemia, ainda que o ano de 2022 tenha sido ano eleitoral.

### **1.4 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's) Pagas Antecipadamente**

As VPD'S antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro. O saldo está representado pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. Diferente dos exercícios passados, onde houve sucessivos acréscimos nas despesas pagas antecipadamente quando comparadas com àquelas de exercícios anteriores, no ano de 2022, houve redução de 19,95%, contrariando o histórico dos últimos anos.

Convém mencionar, ainda, que o saldo atual está composto por 0,56% de prêmios de seguros a apropriar, 4,75% de assinaturas e anuidades a apropriar e 94,69% de vpd de serviços pagos antecipadamente (que consiste em contratações afetas à manutenção/desenvolvimento tecnológico do Órgão).



## **1.5 Imobilizado**

Há que se destacar o volume de recursos alocados no Imobilizado deste Tribunal, que representa cerca de 89,41% do Ativo do Órgão, neste exercício. Isso se justifica tendo em vista a estrutura de funcionamento do órgão, composta tanto pelo complexo rol de equipamentos para melhor atendimento ao seu público alvo, em especial os vinculados à Tecnologia da Informação, quanto pela sua estrutura imobiliária.

### **1.5.1 Bens Móveis**

Dos valores alocados no Imobilizado, registrados como Bens Móveis, se destaca o investimento em Tecnologia da Informação, notadamente quanto àqueles feitos na aquisição de equipamentos de informática, que dão ao Órgão celeridade no atendimento de suas demandas internas e externas, garantindo que seja atingida sua missão institucional. Destaque-se, neste ponto, que do total de Bens Móveis, aproximadamente 77,67% (R\$ 34.101,92) representam tal investimento. Convém evidenciar, também, a ocorrência de um acréscimo expressivo da ordem de 91,27%, nesse investimento, com relação ao exercício anterior, correspondendo a um valor de R\$ 16.273,03 de aumento. Importante frisar, no tocante especificamente à conta Veículos de Tração Mecânica, o acréscimo de 36,18% (R\$ 823,22), no exercício de 2022. Contudo, parte desse aumento (R\$ 510,00), refere-se à aquisição de veículos empenhados em 2021 e que tiveram a despesa inscrita em restos a pagar, sendo liquidada em 2022.

### **1.5.2 Depreciação Acumulada de Bens Móveis**

É a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Neste exercício, percebe-se um aumento 15,48%, depreendendo-se este acréscimo em decorrência em decorrência de maior volume de aquisições de bens de informática.

### **1.5.3 Bens Imóveis**

No que se refere aos Bens Imóveis, tem-se registrado o valor bruto de R\$ 38.729,05, conforme quadro abaixo:

BENS DE USO ESPECIAL	37.713,74
● Imóveis Residenciais/Comerciais	1.426,77
● Edifícios	19.061,17
● Terrenos e Glebas	17.225,80
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	1.015,31

● Obras em Andamento	174,17
● Estudos e Projetos	841,14
<b>TOTAL DE BENS IMÓVEIS</b>	<b>38.729,05</b>

Os bens de uso especial são aqueles que se destinam à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral, cuja composição é a demonstrada abaixo:

Conta Contábil	Código RIP	Imóvel	Valor Total	Valor do Terreno	Valor da Edificação	Data Avaliação	
IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	123210101	2829000125008	PASSO DE CAMARAGIBE	209,76	31,13	178,63	08/06/2022
		2853000135006	RIO LARGO	1.217,01	625,10	591,91	07/06/2022
			<b>Total</b>	<b>1.426,77</b>	<b>656,23</b>	<b>770,54</b>	-
EDIFICIOS	123210102	2705000415002	ARAPIRACA	1.111,79	279,56	832,23	02/06/2022
		2723000115007	CACIMBINHAS	253,75	20,12	233,63	16/11/2022
		2785000265009	MACEIÓ (PRAÇA SINIMBU)	5.573,06	1.127,66	4.445,40	14/06/2022
		2785003785003	FÓRUM CAPITAL	9.354,42	5.431,28	3.923,14	13/06/2022
		2785005835008	MACEIÓ (RUA DO IMPERADOR)	447,33	345,64	101,69	14/06/2022
		2787000065006	MAJOR ISIDORO	554,70	81,49	473,21	02/06/2022
		2793000145004	MARECHAL DEODORO	333,16	138,36	194,80	17/06/2022
		2825000305003	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	1.117,96	179,19	938,77	03/06/2022
		2833000475007	PENEDO	315,00	111,15	203,85	02/06/2022
	<b>Total</b>	<b>19.061,17</b>	<b>7.714,45</b>	<b>11.346,72</b>	-		
TERRENOS/GLEBAS	123210103	2785004595003	MACEIÓ (NOVA SEDE)	17.225,80	17.225,80	-	08/06/2022
			<b>Total</b>	<b>17.225,80</b>	<b>17.225,80</b>	-	-
			<b>Total Geral</b>	<b>37.713,74</b>	<b>25.596,48</b>	<b>12.117,26</b>	-

Destaque-se um acentuado acréscimo neste exercício, da ordem de 74,54%, em comparação com o ano de 2021, tendo em vista que no final deste exercício houve a realização de reavaliação de todos os bens imóveis do Órgão.

Convém ressaltar, conforme realçado acima, que os bens imóveis foram submetidos à reavaliação, evitando-se que ocorram distorções no Balanço Patrimonial do Órgão. Nesse sentido, importante mencionar que alguns imóveis sofreram acréscimos exponenciais, tais como os edifícios: RIO LARGO (134,82%), FORUM CAPITAL (125,13%), MACEIÓ (RUA DO IMPERADOR-ANEXO) (148,52%) e o terreno: MACEIÓ-NOVA SEDE (153,32%). Não menos importante, convém evidenciar que alguns bens imóveis sofreram decréscimo em sua avaliação, sendo o mais expressivo o imóvel de

MARECHAL DEODORO (-44,22%). No mais, o imóvel de PENEDO também foi reavaliado, tendo sua situação atualizada no SPIUNET, entretanto não foi atualizada no SIAFI, razão pela qual o imóvel encontra-se com valor desatualizado na contabilidade do Órgão.

#### **1.5.4 Depreciação Acumulada de Bens Imóveis**

É importante destacar que o volume de recursos do imobilizado corresponde ao valor bruto, que deve ser deduzido da depreciação acumulada correspondente, esta tratando-se de conta retificadora destes ativos, evidenciando a redução de valor em razão do desgaste pelo uso e/ou ação da natureza. Contudo, por relevante, a Depreciação Acumulada dos bens imóveis sofreu uma acentuada redução da ordem de 78,42% (R\$ 678,07), sendo justificada pela realização de ajuste, por parte da CCONT/STN, dos bens imóveis cadastrados no Spiunet, tendo em vista, principalmente, a reavaliação dos bens imóveis do Órgão, onde a depreciação acumulada é zerada, iniciando-se um novo ciclo de depreciação acumulada.

#### **1.6 Softwares**

Tendo uma pequena relevância se comparado com o total do ativo não circulante do órgão (5,81%), entende-se relevante mencionar tal item haja vista apresentar uma monta de R\$ 4.034,31. Os de vida útil definida são sujeitos à amortização, através do método das cotas constantes/linear, que perfazem o total de R\$ 2.273,46. Nota-se um exponencial acréscimo na aquisição de softwares com vida útil definida em um percentual de 590,22%, saltando de um saldo de R\$ 329,38 no exercício de 2021 para R\$ 2.273,46, em 2022, justificando-se as aquisições pela preocupação do Órgão em aperfeiçoar seu aparato tecnológico, bem como a elevada preocupação do Tribunal Superior Eleitoral em investir fortemente na Segurança da Informação, haja vista os vários episódios ocorridos que colocaram em dúvida a segurança dos sistemas utilizados no processo eleitoral.

#### **1.7 Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**

Aqui temos presente a rubrica Férias a Pagar, em que se apropria, em atenção ao princípio da competência, a parcela mensal relativa a tal obrigação, sendo importante frisar que, sob o regime estatutário dos servidores civis da União, o período aquisitivo se confunde com o concessivo após o primeiro ano de exercício no cargo. Percebe-se uma redução acentuada de 75,72% verificada na conta de Férias a Pagar, em virtude de ajuste realizado neste exercício, conforme orientação da Cofic/TSE, em e-mail datado de 29/06/2021.

### **1.8 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Verifica-se uma manutenção significativa de redução do nível de endividamento decorrente de compromissos assumidos com credores nacionais, em comparação com o exercício de 2021, reduzindo o volume em 27,24%, reafirmando o compromisso do Órgão em honrar com suas obrigações frente aos fornecedores. Não obstante, convém evidenciar que houve um acréscimo muito elevado na inscrição de despesas em Restos a Pagar, conforme se verifica em nota específica alhures.

### **1.9 Demais Obrigações a Curto Prazo**

Composto primordialmente por glosas cautelares impostas a fornecedores e depósitos/cauções recebidos como garantias dos contratados, estes representando mais de 50% do total desta rubrica. Destaque-se que houve uma redução de 85,98% desta, comparando-se com o exercício anterior, tendo em vista ter-se realizado um melhor acompanhamento destes créditos, objetivando evitar a ocorrência de saldos alongados.

### **1.10 Resultado do Exercício**

O resultado apurado decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA's) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD's), estas detalhadas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, na qual é possível visualizar as modificações que provocaram uma elevação exponencial, saindo de um déficit de R\$ 1.394,64 para um superávit de R\$ 33.410,52 neste exercício.

## **2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

### **2.1 Transferências Intragovernamentais**

No grupo das Transferências e Delegações Recebidas destaca-se a rubrica de Transferências Intragovernamentais, correspondendo a um percentual de 81,25% do total das variações patrimoniais aumentativas. Com relação ao exercício anterior, houve um acréscimo de R\$ 26.220,51. Infere-se que referido aumento ocorreu em virtude de o ano de 2022 tratar-se de ano eleitoral, onde há um maior aporte de recursos para fazer frente às despesas contraídas.

### **2.2 Outras Transferências e Delegações Recebidas**

Não obstante o pequeno valor registrado nesta rubrica, comparado ao total das Transferências e Delegações Recebidas, tem-se um elevado acréscimo quando comparado com o exercício anterior, saltando de R\$ 320,15 para R\$ 3.247,69, sendo que o maior registro desta rubrica refere-se ao recebimento

de urnas eletrônicas do TRE/PE, que transferiu o quantitativo de 1.690 urnas eletrônicas, no valor de R\$ 2.498,18, representando 76,92% do total desta rubrica.

### **2.3 Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos**

Observa-se, também, que houve um aumento nesta rubrica, que compreende principalmente as contas de Reavaliação de Ativos e Ganhos com Incorporação de Ativos, muito embora a mesma represente pouco mais de 16% (R\$ 29.884,88) das VPA's, explicando-se mencionado acréscimo, em parte, pela realização da reavaliação dos bens imóveis do Órgão.

### **2.4 Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas**

A conta de maior relevância neste exercício para este grupo foi a de Multas Administrativas, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 848,07, com um aumento de 47,37% em comparação com o exercício anterior.

### **2.5 Pessoal e Encargos**

Nas variações patrimoniais diminutivas, percebe-se um aumento de 18,98% neste exercício, para fazer frente ao pagamento das despesas contraídas, assim se justificando por tratar-se de ano eleitoral. O maior volume encontra-se nas despesas com Pessoal e Encargos, que representa um percentual de 67,52% do total das VPD's.

### **2.6 Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

Representam as despesas com aposentadorias e reformas do Órgão, bem como os compromissos com o pagamento de pensão, perfaz um percentual de 11,25% do total das despesas do Órgão. No mais, não evidencia-se acréscimos relevantes quando comparados com o exercício de 2021.

### **2.7 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

Esta rubrica sofreu elevação de pouco mais de 100%, compreendendo as despesas de Material de Consumo e de Serviços, tendo esta aumentado de R\$ 10.872,18 para R\$ 21.941,04 e àquela, de R\$ 759,25 para R\$ 2.824,85, tendo-se verificado um aumento de 272,06% no consumo em 2022 para fazer frente às atividades atinentes às Eleições de 2022, bem como uma elevação bastante expressiva na contratação de serviços pelas mesmas razões de material de consumo.

### **2.8 Transferências e Delegações Concedidas**

Dentre as transferências e delegações concedidas convém destacar as transferências intragovernamentais, que equivalem a 42,42% do total das Transferências e Delegações Concedidas. Tais transferências referem-se, em grande parte, a multas do código eleitoral e leis conexas aplicadas. Somam a monta de R\$ 1.261,24, tendo sofrido um sutil decréscimo de R\$ 197,66, neste exercício.

### **2.9 Outras Transferências e Delegações Concedidas**

Destaca-se o valor referente à transferência de urnas eletrônicas para o TRE/PE, representando 38,36% (R\$ 656,60) do total das Outras Transferências e Delegações Concedidas.

## **3. BALANÇO FINANCEIRO**

### **3.1 Transferências Financeiras Recebidas**

Tratam-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face às obrigações assumidas, compondo quase a totalidade dos ingressos financeiros.

A rubrica mais representativa é o Sub-repasse Recebido, que totaliza R\$ 145.973,94 e representa 97,81% do total das Transferências Financeiras Recebidas, sendo 73,42% desta composto por sub-repasse recebido para pessoal e encargos sociais, 19,93% para outras despesas correntes e 4,47% para investimentos.

Convém destacar o aumento nas Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar, que passou para R\$ 3.236,49, não obstante este valor representar apenas 2,17% do total das Transferências Financeiras Recebidas.

### **3.2 Inscrição dos Restos a Pagar Processados**

Aqui observamos aumento das despesas inscritas em restos a pagar processados da ordem de 102,93%, passando de R\$ 94,72 para R\$ 192,22, sendo destinado 69,29% a outras despesas correntes, 29,78% a pessoal e encargos sociais e 0,93% a investimentos.

### **3.3 Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados**

Nesta rubrica observamos um acréscimo de 58,47% na inscrição dos restos a pagar não processados, que passou de R\$ 3.450,58 para R\$ 5.468,00, sendo destinado 46,37% a pessoal e encargos sociais, 28,24% a outras despesas correntes e 25,39% a investimentos.

### **3.4 Cancelamento de Obrigações de Exercício Anterior**

Trata-se, integralmente, dos cancelamentos realizados, ao longo de 2022, de valores concedidos e não utilizados relativos a suprimento de fundos com cartão de pagamento do Governo Federal que não foram baixados ao seu tempo.

### **3.5 Arrecadação de Outras Unidades**

Aqui percebe-se um decréscimo de 15,69%, passando de R\$ 1.458,76 para R\$ 1.229,93, sendo a arrecadação mais expressiva a oriunda de multas do código eleitoral e leis conexas, que girou em torno de 52,88%.

### **3.6 Despesas Orçamentárias Ordinárias**

Convém salientar sua composição, sendo 73,26% para pessoal e encargos sociais, 21,91% para outras despesas correntes (sendo a mais representativa a relativa a outros serviços de terceiros - pessoa jurídica e indenizações e restituições) e 4,83% para investimentos (serviços de tecnologia da informação e comunicação, obras e instalações e equipamentos e material permanente).

Sobre as indenizações e restituições, que perfaz o total de R\$ 5.239,40, trata-se predominantemente de ressarcimentos com assistência médica/odontológica no valor de R\$ 4.762,06 (90,89%).

### **3.7 Transferências Financeiras Concedidas**

Aqui temos como relevante a que independe da execução orçamentária, notadamente a que se refere ao movimento de saldos patrimoniais, cuja transferência mais expressiva é a decorrente de multas do código eleitoral e leis conexas, que girou em torno de 52,32% do total das transferências aqui tratadas.

### **3.8 Pagamentos dos Restos a Pagar Processados**

Houve redução de 73,63% no total de pagamentos de restos a pagar processados, que passou de R\$ 994,28 para R\$ 262,20, sendo R\$ 253,40 (96,64%) relativo a outras despesas correntes e R\$ 8,80 (3,36%) relativo a investimentos.

O pagamento mais relevante se refere a locação de mão de obra, com um valor de R\$ 123,22, que equivale a 47,00% do total pago a título de restos a pagar processados.

### **3.9 Pagamentos dos Restos a Pagar Não Processados**

Houve um aumento nos pagamentos dos restos a pagar não processados da ordem de 63,26%, passando de R\$ 2.158,72 para R\$ 3.524,34, sendo R\$ 602,19 relativo a pessoal e encargos sociais (17,09%), R\$ 2.061,49 relativo a outras despesas correntes (58,49%) e R\$ 860,66 relativo a investimentos (24,42%).

O pagamento mais expressivo se refere a outros serviços de terceiros com pessoa jurídica, com um valor de R\$ 1.769,31, que equivale a 50,20% do total pago a título de restos a pagar não processados.

Tudo resultante do esforço do Órgão na execução de valores anteriormente inscritos.

## **4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

### **4.1 Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas**

Compreende 89,06% da totalidade dos desembolsos das atividades operacionais do órgão, compondo-se basicamente da função judiciária no valor de R\$ 115.544,01 (sendo R\$ 83.090,93 de pessoal e encargos sociais e R\$ 32.453,08 de outras despesas correntes) e previdência social (aposentadorias e pensões) de R\$ 12.668,20.

### **4.2 Desembolsos com Transferências Concedidas Intragovernamentais**

Tem como mais expressiva as relativas às obrigações patronais, que totalizam R\$ 14.334,43 e equivalem a 99,94% do total desta transferência, o restante é relativo a contribuição previdenciária incidente sobre serviços de terceiros e juros e multa de mora destas.

### **4.3 Desembolsos com Aquisição de Ativo Não Circulante**

Percebe-se um significativo aumento, passando de R\$ 1.130,27 para R\$ 4.632,28, logo, da ordem de 309,84%.

Quanto a esta rubrica, convém frisar que totaliza os desembolsos para aquisição, principalmente, de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, cujo valor totaliza R\$ 3.108,98, que representa 67,12% do total.



Trata-se do investimento necessário ao aperfeiçoamento/manutenção das demandas tecnológicas envolvidas no cumprimento da missão institucional.

#### **4.4 Outros Desembolsos de Investimentos**

Tem-se, nesta rubrica, um montante de R\$ 1.846,08 relativo, integralmente, a aquisição de softwares.

### **5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

#### **5.1 Receitas Orçamentárias Correntes e de Capital**

Este Tribunal não evidencia as informações sobre as Receitas Orçamentárias (previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e o saldo), vez que tais dados são evidenciados no demonstrativo do Órgão consolidado desta Justiça Especializada (UG 14000).

#### **5.2 Déficit**

Esse resultado apresenta a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas com finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. As despesas são custeadas pelas dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), cujas fontes de recursos (receitas) são disponibilizadas pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, os R\$ 150.906,60 não representam uma frustração de receita ou excesso de gastos do Tribunal.

#### **5.3 Despesas Orçamentárias - Correntes e de Capital**

As despesas orçamentárias foram registradas pelo regime de empenho, com base no Princípio da Anualidade Orçamentária.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício foram inscritas em Restos a Pagar em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas. A inscrição em Restos a Pagar não processados foi condicionada a indicação dos empenhos pelo Ordenador de Despesa, conforme artigo 68, §1º do Decreto 93.872/86.

A Dotação Atualizada foi calculada considerando-se o valor da dotação inicial, acrescida dos créditos adicionais e deduzida dos créditos cancelados/remanejados.

A aparente inconsistência do Saldo da Dotação, quando apresenta um saldo negativo, resulta de um maior valor na execução da despesa (Despesa Empenhada) frente a autorizada (Dotação Autorizada). Isto ocorreu porque nas despesas autorizadas não se considera, por se tratar de orçamento do Tribunal Superior Eleitoral, os créditos orçamentários descentralizados para execução deste Regional a título de provisão. Assim, considerando a Provisão Recebida, teríamos um Saldo da Dotação positivo, conforme abaixo:

Despesas Orçamentárias	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	PROVISAO RECEBIDA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.529,71	106.132,78	7.515,89	112.083,93	109.548,62	109.491,37	1.564,73
	OUTRAS DESPEAS CORRENTES	26.112,34	24.156,89	10.725,41	31.823,51	30.279,30	30.146,12	3.058,79
	<b>Total</b>	<b>128.642,05</b>	<b>130.289,66</b>	<b>18.241,29</b>	<b>143.907,44</b>	<b>139.827,92</b>	<b>139.637,49</b>	<b>4.623,52</b>
DESPEAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	1.798,82	6.949,60	76,50	6.999,16	5.610,67	5.608,89	26,94
	<b>Total</b>	<b>1.798,82</b>	<b>6.949,60</b>	<b>76,50</b>	<b>6.999,16</b>	<b>5.610,67</b>	<b>5.608,89</b>	<b>26,94</b>
<b>Total</b>		<b>130.440,88</b>	<b>137.239,27</b>	<b>18.317,79</b>	<b>150.906,60</b>	<b>145.438,60</b>	<b>145.246,38</b>	<b>4.650,46</b>

Considerando somente a execução do orçamento do próprio Regional (UO 14103), também teríamos um Saldo da Dotação positivo, conforme abaixo:

Despesas Orçamentárias	Grupo Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.529,71	106.132,78	104.568,05	103.441,04	103.391,55	1.564,73
	OUTRAS DESPEAS CORRENTES	26.112,34	24.156,89	22.373,02	20.900,13	20.841,33	1.783,87
	<b>Total</b>	<b>128.642,05</b>	<b>130.289,66</b>	<b>126.941,06</b>	<b>124.341,18</b>	<b>124.232,88</b>	<b>3.348,60</b>
DESPEAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	1.798,82	6.949,60	6.922,66	5.534,17	5.532,39	26,94
	<b>Total</b>	<b>1.798,82</b>	<b>6.949,60</b>	<b>6.922,66</b>	<b>5.534,17</b>	<b>5.532,39</b>	<b>26,94</b>
<b>Total</b>		<b>130.440,88</b>	<b>137.239,27</b>	<b>133.863,73</b>	<b>129.875,35</b>	<b>129.765,27</b>	<b>3.375,54</b>

#### 5.4 Outras Despesas Correntes

Do total da Despesa Empenhada desta rubrica temos como mais expressivas as relativas a outros serviços de terceiros – pessoa jurídica com um montante de R\$ 7.444,33 (23,39%) e indenizações e restituições com um montante de R\$ 5.239,40 (16,46%).

## **5.5 Investimentos**

Do total da Despesa Empenhada desta rubrica temos como mais expressivas as relativas a aquisição de material permanente com um montante de R\$ 5.118,91 (73,14%), sendo mais relevante a que se refere a aquisição equipamentos de tecnologia da informação e comunicação com o valor de R\$ 4.086,62 (58,39% do total dos investimentos), e aquisição de softwares com um montante de R\$ 1.846,08 (26,38%).